



3. PNLD: as Formas de Controle e Avaliação das Metodologias de Leitura de Imagens Visuais Impressas nos Livros Didáticos de História no Tempo Presente

João Batista Gonçalves Bueno^I

Maria de Fátima Guimarães^{II}

Arnaldo Pinto Junior^{III}

Neste artigo abordamos as formas de controle e avaliação das metodologias de leitura de imagens visuais instituídas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a partir do final da década de 1990. Procuramos relacioná-los às concepções histórico-pedagógicas vigentes no período, pontuando como essas normas ou concepções teóricas orientaram as formas de tratamento das imagens visuais impressas nos livros didáticos de história. Acreditamos que as normas oficiais de controle de produção e os sistemas de avaliação pelos quais os livros passaram a ser julgados, acabaram por interferir no processo de produção das atividades didáticas e na elaboração de diferentes metodologias de ensino que utilizavam iconografias como fontes documentais.

Palavras-chave: PNLD, Livros Didáticos, Ensino de História, Imagens.

In this article we approach the forms of control and evaluation of reading methodologies and visual images instituted by the National Program of the Didactic book, in Portuguese (PNLD), from the end of the 1990 decade. We have searched to relate them to the pedagogical-historic conceptions, punctuating how these norms or theoretical conceptions have oriented the forms of treatment of the visual images printed on the didactic books of history. We believe that the official norms of control of production of the books and the systems of evaluation by which they have come to be judged by ended up interfering on the process of production of the didactic activities and in the makings of different teaching methodologies that used iconography as documental source.

Keywords: PNDL, Didactic books, History teaching, Images.

Propomos estudar neste artigo as formas de avaliação instituídas pelos diferentes PNLDs nos anos de 1999, 2002, 2005, e 2008, procurando reconhecer como as normas estabelecidas por estes processos de avaliação dos livros didáticos no Brasil tiveram força para orientar as metodologias de leitura das imagens visuais impressas nos livros didáticos de história.

Através desta investigação pretendemos aprofundar as discussões que privilegiam as relações entre passado e presente no ensino de História, buscando entender como se deram os processos de valorização de determinadas práticas de uso de imagens visuais como documentos históricos.

No ano de 1998, no Brasil, foi lançado em consonância com a LDBEN (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) destinados ao ensino de História do nível fundamental. São documentos que passaram a valorizar práticas de ensino que privilegiavam o estudo da História através de eixos temáticos, privilegiando, sobretudo, os referenciais teóricos da História Nova. Os parâmetros curriculares apresentavam instruções indicativas sobre como trabalhar com as iconografias como documentos históricos. Para discutir o tema “trabalho no Brasil” este texto oficial propunha como sugestão de atividade a análise de uma gravura de Jean Batiste Debret (1768-1848) - O colar de ferro; castigo dos fugitivos.

Os PCNs de História; Nível Fundamental^{IV} asseveram que:

O aluno pode ser solicitado a ter as suas primeiras impressões - o que observa. Depois identificar personagens nela presentes, suas ações, vestimentas, calçados e adornos, os ferros presos aos corpos de alguns deles, os demais objetos presentes na cena e suas características, o cenário, o tipo de calçamento do ambiente, se há presença de vegetação, o que está em primeiro plano e ao fundo da gravura, sobre o que ela fala no seu conjunto e detalhes, onde acontece a cena, se passa a idéia de ser cotidiana ou um evento específico e raro, diferenças e semelhanças entre personagens, suas vestimentas e ações, seus personagens e os objetos remetem para algum evento histórico conhecido, se tal cena ainda pode ser vista hoje em dia, se as pessoas ainda se vestem do mesmo modo, como é a relação entre o título da gravura e a cena retratada, o que o artista quis registrar ou comunicar, se o estilo é semelhante ao de outro artista já conhecido. Além dessas indagações, o aluno pode ser solicitado a pesquisar quem é o artista, qual a sua história, em que época a gravura foi feita, qual o lugar que retrata, qual as razões que levaram o artista a fazê-la, se os seus textos esclarecem outros aspectos da cena não observados, onde a gravura original pode ser encontrada, como foi preservada, desde quando e por qual meio tem sido divulgada, etc. É possível, também, incentivar o aluno a relacionar a gravura com contextos históricos mais amplos, solicitando que identifique ou pesquise outros eventos da história brasileira relacionados a ela.

Ao propor uma forma de análise deste tipo, os autores dos PCNs procuraram abarcar o maior número possível de informações que poderiam ser lidas na imagem visual; apresentando uma metodologia de leitura que se caracterizava pela divisão em etapas de compreensão do documento visual. Na primeira etapa é proposto que o aluno faça a descrição da imagem. A partir de então, ele poderia iniciar o processo de identificação das diferenças entre o tempo presente e o passado, construindo relações com algum acontecimento histórico. Em seguida, o aluno identificaria a autoria, o tempo de produção da obra, as intenções do artista ao elaborar a obra e a localização da obra original. Finalmente, relacionaria o conteúdo das imagens com contextos históricos mais amplos.

Esta metodologia de leitura de imagens proposta pelos PCNs baseou-se nas contribuições teóricas do historiador E. Panofsky^V, que propôs uma metodologia de leitura de imagens que ficou conhecida como leitura iconológica, cujo objetivo era investigar o “[...] conteúdo temático ou o significado das obras de arte, enquanto algo diferente do seu valor formal”^{VI}. Neste caso, o leitor necessitaria, inicialmente, fazer o reconhecimento iconográfico e só a partir de então, ele poderia compreender o conteúdo iconológico^{VII}. Nota-se, também, nas considerações dos historiadores Argan e Fagiolo^{VIII}, que este tipo de metodologia sugere que a leitura de imagens só se concretiza se o leitor fizer a identificação da imagem associando-a as informações trazidas pelos textos escritos. Ou seja, para que a leitura histórica ocorra o



leitor precisaria identificar quem foi o autor da iconografia e qual foi seu tempo de produção, além de reconhecer onde está localizada a obra original.

No ano de 1998 teve início o processo que culminou na organização do PNLD de 1999. Este programa estatal tinha como objetivo avaliar os livros didáticos destinados aos alunos das 5^a as 8^a séries. Seguindo as orientações dos PCNs, o PNLD realizou avaliações periódicas que resultaram na eliminação de uma grande quantidade de livros didáticos da lista de compras do Estado. O estabelecimento de regras precisas de avaliação provocou uma movimentação nas editoras, forçando os autores e editores a terem um cuidado especial com a apresentação dos conteúdos e com as imagens visuais que seriam impressas em seus livros. Os critérios pelos quais os livros seriam avaliados foram apresentados nos editais de convocação para inscrição dos livros didáticos no PNLD. Partindo da análise desses critérios, percebemos como as configurações dos critérios de avaliação das propostas de uso de imagens visuais foram sendo alteradas nos diferentes PNLDs, posto que identificamos indícios das diferentes metodologias de leituras de imagens visuais que estão inscritas em tais avaliações. Além disso, acreditamos que os diferentes professores que atuaram na coordenação da área de História, dos diferentes PNLDs, impuseram mudanças nos processos avaliativos, em decorrência de suas respectivas áreas de origem e formação -história ou ensino de história.

O responsável pela coordenação da área de História dos PNLD de 1999 e de 2002 foi o Prof. Dr. Holien Gonçalves Bezerra^{IX}. O PNLD/2005 foi coordenado pelas Professoras Dra. Sonia Regina Miranda e Dra. Tânia Regina Luca^X e pelo coordenador adjunto Prof. Dr. Holien Gonçalves Bezerra. O PNLD 2008 foi coordenado pela Prof^a Dra. Margarida Maria Dias Oliveira^{XI}. Ressaltamos que estes diferentes professores, pertencem ao meio acadêmico e foram os responsáveis pela elaboração dos critérios e das fichas de avaliação pelas quais os livros foram avaliados. Estes professores universitários partiram das idéias apresentadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no entanto, imprimiram pequenas variações nos processos de avaliação decorrentes de suas respectivas visões do processo de construção do conhecimento histórico escolar e das formas de trabalhar com diferentes fontes documentais.

Desde a realização da primeira avaliação dos livros didáticos, destinados aos alunos das 5^a séries as 8^a séries, o PNLD utilizou os seguintes critérios comuns que eliminavam os livros de todas as disciplinas: “1. conceitos e informações básicas incorretos; 2. incorreção e inadequação metodológicas; 3. prejuízo à construção da cidadania (preconceitos)”^{XII}. Ou seja, caso o livro não correspondesse a um ou mais desses itens, poderia ser eliminado da lista de compras do governo. De acordo com Bezerra e Luca^{XIII} a equipe dos avaliadores do PNLD de 1999, no que respeitava à área de História, seguiu a seguinte orientação metodológica para realizar a avaliação dos livros didáticos:

A disciplina História, por sua vez, já tem uma tradição de mais de um século. A transposição didática, que se traduz em saber escolar, deve partir do pressuposto de que o conhecimento produzido pelos historiadores será sempre o ponto de referência para os autores de livros didáticos. Assim, é importante verificar se a coleção, na exposição dos conteúdos específicos da área de História, está em sintonia com as metodologias próprias da disciplina histórica (o itálico nas expressões são nossos).

Percebe-se, que os autores valorizam os conhecimentos provenientes do campo da História, destacando-se a idéia da transposição didática que privilegia os saberes produzidos pela academia na relação com os saberes escolares. A avaliação do PNLD 1999 das imagens visuais que impressas nos livros didáticos, centrou suas análises na adequação conceitual apresentada pelas imagens visuais e na reprovação daquelas que reforçavam preconceitos ou estereótipos.

Antes dos processos de avaliação ocorrerem, lançavam-se os Editais de Convocação para inscrição do PNLD^{XIV}. Nestes encontramos os “Critérios de qualificação” dos livros didáticos de todas as disciplinas. Esses critérios passaram a ser entendidos, por autores e editores, como normas que deveriam ser observadas para que os livros fossem aprovados e assim passassem a compor a lista de compras do Estado. Em relação às ilustrações nos livros didáticos os “Critérios de qualificação” explicam que,

As ilustrações são elementos da maior importância, auxiliando na composição e enriquecimento da leitura do texto. Principalmente, não poderão expressar induzir ou reforçar preconceitos e estereótipos. Devem ser adequadas à finalidade para as quais foram elaboradas e, dependendo do objetivo, claras, precisas, de fácil compreensão; mas podem também intrigar, problematizar, convidar a pensar, despertar a curiosidade. [...] Todas as ilustrações devem ser acompanhadas dos respectivos créditos, assim como gráficos e tabelas necessitam de títulos, fonte e data.^{XV}

Após a edição do PNLD/1999, a Secretaria de Ensino Fundamental (SEF) do MEC, organizou, no ano 2000, entre os coordenadores de áreas deste programa, um Encontro Nacional que teve como objetivo avaliar o desenvolvimento do PNLD. Este encontro resultou na publicação do documento intitulado “Recomendação para uma Política Pública de livros Didáticos”, publicado em 2001 pelo MEC^{XVI}, que apresentava uma proposta para melhorar o processo de avaliação dos livros didáticos. Ao analisarmos esse documento percebemos que foram feitas algumas mudanças no texto do edital de 1999:

As ilustrações são elementos da maior importância, auxiliando *na compreensão e enriquecimento da leitura do texto*. Principalmente, *devem reproduzir adequadamente a diversidade étnica da população brasileira* não poderão expressar, induzir ou reforçar preconceitos e estereótipos. Devem ser adequadas à finalidade para as quais foram elaboradas e, dependendo do objetivo, claras, precisas, de fácil compreensão; mas podem também intrigar, problematizar, convidar a pensar, despertar a curiosidade [...] Todas as ilustrações devem ser acompanhadas dos respectivos créditos, assim como gráficos e tabelas necessitam de títulos, fonte e data.^{XVII} (o itálico em algumas expressões são nossos)

Nota-se que de um documento para o outro, ocorreu uma mudança nos sentidos das palavras atribuídas às funções que as ilustrações devem ter nos livros didáticos. Destaca-se a seguinte alteração: de “composição e enriquecimento da leitura do texto” para “compreensão e enriquecimento da leitura do texto”. Neste caso, substitui-se o primeiro sentido (do texto de 1999) que atribuía às imagens a idéia de composição ou de soma das informações lidas no texto escrito, pela idéia que considera que a imagem visual auxilia o entendimento do texto escrito. Percebe-se que a palavra compreensão hierarquiza o texto escrito como mais importante que a imagem visual. Esta é encarada, portanto, apenas como um recurso que facilita a compreensão do texto escrito. Já a palavra enriquecimento aparece como compensação dos sentidos destas duas palavras, abrindo a possibilidade do entendimento pelo leitor de que as imagens visuais também servem para enriquecer as informações dos textos



escritos. Na segunda alteração: “devem reproduzir adequadamente a diversidade étnica da população brasileira”, percebemos que existe a intenção dos autores em expandir a possibilidade de uso de imagens visuais nos livros didáticos.

Já, o texto do edital de Convocação do PNLD /2005 propõe que:

As ilustrações são elementos da maior importância, auxiliando na compreensão e enriquecendo a leitura do texto. Principalmente, devem reproduzir adequadamente a diversidade étnica da população brasileira e não poderão expressar, induzir ou reforçar preconceitos e estereótipos. Essas ilustrações devem ser adequadas à finalidade para as quais foram elaboradas e, dependendo do objetivo, devem ser claras, precisas, de fácil compreensão, podendo, no entanto, também intrigar, problematizar, convidar a pensar, despertar a curiosidade. [...]Todas as ilustrações devem ser acompanhadas dos respectivos créditos, assim como gráficos e tabelas necessitam de títulos, fonte e data.^{XVIII} (expressões em itálico são nossas)

Percebe-se que entre o PNLD de 2002 e 2005, não foram realizadas mudanças significativas em relação às funções que as ilustrações deveriam apresentar nos livros didáticos. Como as editoras aderiram as propostas do PNLD de 1999, acreditamos que isto explica tal permanência textual. Além disso, pode-se supor que existiu uma concordância teórica em relação ao trabalho com imagens visuais existente entre as professoras Sonia Miranda e Tânia de Luca e o coordenador adjunto professor Holiem Bezerra, bem como com a equipe que elaborou o edital.

No caso do texto equivalente que é encontrado no Edital de Convocação do PNLD 2008, nota-se que também não ocorreu nenhuma mudança significativa,

As ilustrações auxiliem na compreensão e enriqueçam a leitura do texto, devendo reproduzir adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, não expressando, induzindo ou reforçando preconceitos e estereótipos. Essas ilustrações devem ser adequadas à finalidade para as quais foram elaboradas e, dependendo do objetivo, devem ser claras, precisas, de fácil compreensão, podendo, no entanto, também intrigar, problematizar, convidar a pensar, despertar a curiosidade; [...]todas as ilustrações estejam acompanhadas dos respectivos créditos, assim como os gráficos e tabelas tragam os títulos, fonte e data.^{XIX}

Percebemos que o texto quase não sofreu alteração. Acreditamos que esse fato representa uma cristalização do entendimento das formas de tratamento das ilustrações nos livros didáticos, ou seja, indica uma homogeneidade – ou pelo menos, uma aparente homogeneidade - de visões em relação ao uso das imagens visuais nos livros didáticos de todas as disciplinas.

Quando analisamos os critérios de classificação para a área de História que aparecem nos Guias dos Livros Didáticos dos PNLDs, foi possível perceber que também ocorreram poucas alterações em relação à compreensão de como as imagens visuais deveriam aparecer nos livros didáticos de História. Percebemos que existia uma preocupação dos autores do texto em valorizar metodologias que associavam o ato de leitura das imagens visuais à compreensão dos textos escritos.

No Guia dos Livros didáticos do PNLD de 1999, encontramos o seguinte texto,

As imagens e os recursos visuais devem, preferencialmente, fazer parte dos objetivos do texto, constituindo-se não apenas em ilustrações dos mesmos textos, mas, sim, em recursos intrínsecos à problematização e a compreensão dos conteúdos históricos. Assim, as ilustrações, para auxiliar na leitura e na compreensão dos textos, precisam estar adequadas às finalidades para as quais foram elaboradas, ser claras, precisas e de fácil compreensão.^{XX} (expressões em itálico são nossas).

Os autores do texto do “Guia do Livro Didático” propõem que as imagens visuais deveriam “fazer parte dos objetivos do texto” explicativo do livro didático. É possível entendermos neste trecho, que tais imagens são recursos que devem complementar as informações trazidas pelo texto escrito. No entanto, a palavra “preferencialmente” que antecede essa expressão, abre a possibilidade de interpretarmos que as imagens visuais podem não obedecer a esta norma. Quando continuamos a leitura da frase podemos completar o sentido proposto pelos autores, pois, aparece a indicação de que as imagens não devem apenas ilustrar os textos escritos, tendo também a função de problematizar os “conteúdos históricos”. Se entendermos que a palavra problematização faz referência ao Método do Arco de Charles Maguerez (Metodologia da Problematização), isto significa que as ilustrações deveriam possibilitar as seguintes ações: observação do problema que está sendo representado na imagem; levantamento das causas do problema; teorização (busca de informações sobre o problema); levantamento de hipóteses e aplicação à realidade (levantamento de respostas para solucionar o problema)^{XXI}. No entanto, os autores do Guia do Livro Didático não fazem nenhuma referência a este método. Dessa forma, de maneira simplificada, é possível atribuímos para palavra “problematização” o sentido de que a ilustração deve auxiliar para a compreensão do texto escrito. Esta última idéia é reforçada na próxima frase, que indica que as ilustrações auxiliam na leitura dos textos. Conclui-se, portanto que as imagens são importantes fontes de informações, mas elas só ganham sentido histórico se associadas às informações trazidas pelos textos escritos ou, então, para servirem como recurso de compreensão dos “conteúdos históricos”. Neste sentido, é importante enfatizar que embora tal “Guia dos Livros Didáticos” expresse, textualmente, que não considera as “imagens ou recursos visuais” apenas como ilustrações, ainda mantém uma visão hierarquizadora no que respeita a importância dos “conteúdos históricos” (diga-se textos escritos) frente às imagens visuais.

No texto que é apresentado no “Guia dos Livros dos didáticos” do PNLD 2002, notamos novas alterações, que possivelmente, também sejam fruto do acúmulo de saberes produzidos pelas avaliações dos livros do PNLD 1999, e pelas discussões relativas às avaliações feitas sobre o desenvolvimento dos PNLDs de anos anteriores em meio às “batalhas das percepções” (GAY, 1998) relativas ao ensino de História, em nosso país.

As imagens e os recursos visuais devem fazer parte dos objetivos do texto, constituindo-se não apenas em ilustrações dos mesmos textos, mas sim em recursos intrínsecos à problematização e à compreensão dos textos, precisam estar adequadas às finalidades para as quais foram elaboradas; precisam ser claras, precisas e de fácil compreensão. As legendas devem possibilitar, efetivamente, a localização da ilustração no tempo e espaço, indicando época em que foi produzida, autoria, créditos e sua natureza. Podem também intrigar, problematizar, convidar a pensar, despertar a curiosidade.^{XXII} (expressões em itálico são nossas).

Neste texto, nota-se que a palavra “preferencialmente” foi suprimida, bem como as palavras “conteúdos históricos”. Dessa forma, as imagens visuais deveriam fazer parte dos objetivos do “texto” (leia-se texto escrito) e não seriam separadas dos “conteúdos históricos”. Portanto,

a imagem visual ainda não é portadora do status de “texto”. Nota-se ainda outra novidade neste texto, destaca-se uma nova norma que indica que as legendas devem apresentar os dados de produção, a autoria e a localização das obras originais. Esta norma será obedecida por autores e editores, e será encarada pelos examinadores dos PNLDs, a partir de 2002, como ponto importante para a realização da avaliação.

No texto semelhante a este, que é utilizado no Guia do Livro didático do PNLD 2005, há o retorno das palavras “conteúdos históricos” em substituição à palavra “textos”. Nesta orientação é reforçada a idéia que as imagens deveriam vir acompanhadas dos respectivos créditos.

As imagens e os recursos visuais devem fazer parte dos objetivos do texto, constituindo-se não apenas em ilustrações dos mesmos textos, mas sim em recursos intrínsecos à problematização e à compreensão *dos conteúdos históricos*. Assim, as ilustrações, para auxiliar na leitura e na compreensão dos textos, precisam estar adequadas às finalidades para as quais foram elaboradas, ser claras, precisas e de fácil compreensão. As legendas devem possibilitar, efetivamente, a localização da ilustração no tempo e espaço (época em foi produzida, autoria, créditos e sua natureza). Podem também intrigar, problematizar, convidar a pensar, despertar a curiosidade [...] *As ilustrações devem vir acompanhadas dos respectivos créditos.*^{XXIII} (expressões em itálico são nossas).

Ao analisarmos o texto semelhante que aparece no Guia do PNLD 2008, notamos que houve alteração na ordem de apresentação dos objetivos das imagens visuais, com a permanência dos seus significados fundamentais:

As imagens devem levar o aluno a problematizar os conceitos históricos e ser de fácil compreensão, podendo intrigar, convidar a pensar, despertar a curiosidade. As legendas devem estar adequadas às finalidades para as quais foram elaboradas, contextualizando adequadamente a imagem com sua autoria e época de produção. É necessário que façam parte dos objetivos do texto, constituindo-se não apenas em ilustrações mas em recursos intrínsecos à compreensão *dos conteúdos históricos e que a obra proporcione o uso de diferentes linguagens.*^{XXIV} (expressões em itálico são nossas).

Neste caso, os autores deste Guia reestruturaram o texto para deixar mais claro que as legendas deveriam apresentar a autoria e a época da produção da imagem. Reafirmam que as imagens devem fazer parte dos objetivos dos “textos”, e que não podem ser utilizadas somente como ilustrações, pois auxiliam na compreensão dos “conteúdos históricos”. A novidade desta idéia esta na valorização de que “a obra proporcione o uso de diferentes linguagens”, ou seja, o livro didático como um todo (obra), deve apresentar reproduções de imagens visuais de diversas origens, possibilitando a compreensão de que para diferentes tipos de iconografias existem formas distintas de leitura. Percebe-se, portanto, neste trecho do texto, que os autores sugerem que os autores dos livros didáticos devem abordar de maneira diferente as imagens provenientes de fotografias, de pinturas, de desenhos de ilustração, de charges e de mapas.

Em todos os documentos que analisamos, pudemos reconhecer que existe uma proposta de leitura de imagens com fins didáticos que é tida como a mais adequada. Esta propõe que haja, ao menos, uma relação direta dos conteúdos das imagens visuais com as informações do texto escrito. Por isso, todas as imagens visuais devem apresentar nas suas legendas a autoria, os dados de produção e a localização das obras originais. A partir do PNLD 2002 foram

elaboradas, pela primeira vez, fichas de avaliação para todos os itens dos livros didáticos, as quais se caracterizavam por contemplar e explicitar as diferentes características que deveriam ser analisadas pelos avaliadores. A ficha de avaliação do PNLD de 2002 contemplava um espaço para a avaliação das ilustrações. Neste espaço o avaliador deveria confirmar a existência ou não dos itens de classificação, os quais foram apresentados nos trechos dos textos acima (do Guia do Livro Didático/2002). Percebe-se que a utilização de fichas para realizar esse tipo de avaliação tinha os seguintes objetivos: deixar claro quais eram os itens que seriam avaliados no livro didático e controlar as variações de interpretação dos avaliadores. Em relação ao aparecimento das ilustrações, a ficha do PNLD 2002 apresentou a formatação a seguir:

As Ilustrações	S	N
São isentas de esteriótipos		
São isentas de preconceitos (exclusão)		
São acompanhadas de: Título, legenda e crédito (quando necessário)		
São adequadas à finalidade para a qual foram elaboradas		
Estão integradas ao texto		
Auxiliam a compreensão		
Recorrem a diferentes linguagens visuais		

FIGURA 1 - Fragmento da ficha de avaliação dos livros de História do PNLD- 2002. Guia do Livro Didático - PNLD 2002.

PNLD2002

Percebe-se que estas fichas de avaliação apresentam, numa linguagem resumida e racional, as mesmas diretrizes de classificação das ilustrações que foram apresentados nos textos escritos dos Guias dos Livros Didáticos. Como estas fichas também eram divulgadas antes da realização da avaliação, os editores e autores dos livros didáticos poderiam tentar mensurar quais pontos dos seus livros seriam aprovados. Ao analisar a composição textual destas fichas, notamos que apesar da tentativa de controle das formas de avaliação, existe ainda, a possibilidade de variações de interpretação em alguns itens. Observamos isto na ficha que fez parte da avaliação do PNLD 2005, nela o avaliador deveria julgar se as imagens visuais participam da “compreensão e problematização dos textos”, ou, se são “adequadas às finalidades para as quais foram elaboradas”.

As Ilustrações	S	N
São isentas de preconceitos		
São isentas de estereótipos		
São exploradas para auxiliar a leitura		
Compreensão e problematização dos textos		
São adequadas às finalidades para as quais foram elaboradas		
Vem acompanhadas dos respectivos títulos, legendas e créditos		
As legendas contextualizam adequadamente a imagem (autoria, época de produção)		

FIGURA 2 - Fragmento da ficha de avaliação dos livros de História do PNLD- 2005. Guia do Livro Didático - PNLD 2005.

PNLD2005

No PNLD 2008 ocorreu uma mudança conceitual nas fichas de avaliação. Neste caso, o avaliador deveria confirmar a existência do item que seria avaliado. Se fosse positivo, ele teria que consolidar esta avaliação utilizando os diferentes graus: suficiente, bom e ótimo. Nota-se que esta forma de julgamento, indica que a metodologia avaliada como ótima, foi considerada a mais correta forma de leitura de imagens visuais com fins didáticos. Assim, tornou-se mais fácil para os autores e editores dos livros didáticos reconhecerem o método de leitura que deveria ser proposto no livro didático, e, portanto, quando os autores reproduziam esse padrão metodológico garantiam a aprovação do livro.

As imagens	Não	Sim		
		S	B	O
No tratamento iconográfico, há uso de diferentes linguagens visuais				
Estas linguagens visuais são integradas ao texto e propiciam novas formas de conhecimento				
As legendas estão adequadas às finalidades para as quais foram elaboradas				
As imagens levam o aluno a problematizar os conceitos históricos				
As imagens são de fácil compreensão, podendo integrar, problematizar, convidar a pensar, despertar a curiosidade				
As legendas são contextualizadas adequadamente à imagem (autoria, época de produção)				
As legendas são exploradas para auxiliar na leitura e na compreensão dos textos				

FIGURA 3 - Fragmento da ficha de avaliação dos livros de História do PNLD- 2008. Guia do Livro Didático - PNLD 2008.

PNLD2008

Na ficha de avaliação do PNLD 2008 percebemos como seu formato reforçava sistematicamente a ideia de hierarquização do texto escrito sobre o texto imagético. Ao analisarmos estes itens pudemos identificar qual foi o direcionamento dado aos avaliadores. O



livro deveria contemplar a apresentação de diferentes fontes visuais, as quais deveriam ser integradas aos textos escritos. Se isso ocorresse, esta maneira de apresentação propiciaria a construção de novas formas de conhecimento, bem como as imagens deveriam problematizar os “conceitos históricos” (leia-se textos escritos). As legendas teriam, então, de contextualizar e auxiliar a leitura das imagens.

Considerações Finais

Entendemos que estas fichas de avaliação ao apresentarem os conceitos a serem avaliados de forma sintética, objetiva e compartimentada, procuram dar ênfase à gestão do trabalho didático, caracterizando-o pela organização racional e instrumental, o que garante o aumento da produtividade a partir da homogeneização de expressões, exercendo, portanto, um poder de controle sobre os diferentes públicos envolvidos com a produção e consumo do livro didático. Este tipo de avaliação reforça a ideia de que a leitura de imagens visuais em sala de aula deve se dar pela simplificação dos processos de interpretação, valorizando métodos de análise de documentos visuais que apregoam que os alunos/professores devem apenas reconhecer os objetos representados nas imagens, comparando-os com os textos escritos de um documento de época ou com os textos explicativos do livro didático^{XXV}.

Notamos enfim, que a ideia apresentada no PCN (1997), a qual hierarquizava o texto escrito em relação ao texto visual foi sendo aprimorada nas formas de julgamento estabelecidas pelos diferentes PNLDs, que ocorreram a partir de 1999. E, portanto, o processo de normatização, estabelecido pelo Estado, possibilitou o desenvolvimento de táticas de controle de produção de propostas de leitura de imagens visuais entre os autores e editores, direcionando-os para aderirem as propostas centrais valorizadas pelos métodos de avaliação. Estas táticas se deram em franca interlocução com as leis de mercado, pois a adequação dos livros às normas legais poderia garantir o sucesso de vendas do livro, privilegiadamente pelo seu maior comprador – o Estado.

Notas:

^I Doutor em Educação pela FE- UNICAMP. Professor adjunto Universidade Estadual da Paraíba.

^{II} Doutora em Educação pela FE- UNICAMP. Professora. Adjunta do PPG em Educação da Universidade São Francisco. Pesquisadora Colaboradora do Centro de Memória da UNICAMP.

^{III} Doutor em Educação pela FE- UNICAMP. Unicamp, Professor Adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo.

^{IV} Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino fundamental de História, 1997, p. 87.

^V PANOFSKY, E. Significado nas Artes Visuais. 1979, p.50-52.

^{VI} ARGAN, G. C., FAGIOLO, M. Guia de História da Arte. 1992, p. 96.

^{VII} Segundo ARGAN; FAGIOLO (1992, p.97) a análise iconológica de imagens idealizada por Panofsky era dividida nos seguintes momentos: “1 – Primeiro momento, denominado pré-iconográfico ou fenomenológico,



que tem como função a identificação e enumeração das formas puras reconhecidas como portadoras de significados, ou seja, o mundo dos motivos artísticos. Segundo Wölfflin, análise formal é uma análise de motivos e combinações de motivos (composições).² – Segundo momento, chamado de iconográfico, diz respeito ao estatuto, ou seja, ao domínio daquilo que identificamos como imagens, histórias e alegorias. Ex: uma figura com uma faca representa São Bartolomeu, um grupo de figuras sentadas a uma mesa de jantar numa certa disposição representa a pose da Última Ceia.³ – Terceiro momento, identificado como camada da essência, ou significado intrínseco ou conteúdo, é dado pela determinação dos princípios subjacentes que revelam a atitude básica de uma nação, de um período, classe social, crença religiosa ou filosófica – qualificados por uma personalidade e condensados numa obra. O pesquisador, para tanto, deverá investigar outros documentos que testemunhem as tendências políticas, poéticas, religiosas, filosóficas e sociais da personalidade, período ou país sob investigação.”

^{VIII} ARGAN, G. C., FAGIOLO, M. Idem.

^{IX} O professor Holien Gonçalves Bezerra, na década de 1990 é professor de História e titular do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás; atuou como Coordenador da área de História, membro da Comissão Técnica para avaliação de Livros didáticos de História (PNLD 1998/99 ao PNLD 2004) e Adjunto de Coordenação no PNLD 2005.

^X A primeira docente atua na área de ensino de História da Universidade Federal de Juiz de Fora - MG e a segunda é professora de História da Universidade Estadual Paulista – campus de Assis.

^{XI} Esta professora atua na área de ensino de História da Universidade Federal de Natal – RN.

^{XII} BEZERRA, H. G.; LUCA, T. R. Em Busca PNLD História 1966-2004. 2006, p. 34.

^{XIII} BEZERRA, H. G.; LUCA, T. R idem.

^{XIV} Segundo SILVA (2011, p. 2) “Os editais são sempre identificados por um ano: PNLD 2011 ou PNLD 2012, por exemplo. O ano ao qual o edital se refere não é o da sua publicação, mas aquele em que os livros serão usados pela primeira vez, sendo nos dois anos seguintes adquiridos acervos complementares, de reposição (exceto no caso dos livros consumíveis, que são repostos integralmente todos os anos). Entretanto, como todo o processo de aquisição dos livros demora cerca de 20 meses (desde a sua inscrição até a chegada na mão do aluno), os livros que começaram a ser usados no início do ano de 2011 tiveram o seu edital publicado no final de 2008. Os livros foram inscritos no início de 2009, o resultado da avaliação publicado em meados de 2010, quando então foram escolhidos pelos professores. Durante o segundo semestre daquele ano foram feitas as negociações para venda, a impressão e a distribuição das coleções. Se considerarmos, ainda, que a produção editorial de uma coleção não leva menos do que dois anos, os livros inscritos em 2009 começaram a ser produzidos em 2007, de onde se conclui que entre a escrita dos originais e o uso do livro na sala de aula há pelo menos um período de quatro anos. Trata-se, portanto, de uma empreitada de longo prazo, envolvendo investimentos elevados e um grande número de agentes, entre autores, equipes editoriais, funcionários do MEC e do FNDE, comissão de avaliadores (comissões técnicas e do IPT), além de toda a logística para fazer com que os livros cheguem aos mais distantes pontos do país.

^{XV} Edital de Convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no Guia de Livros didáticos para os anos finais do Ensino Fundamental – PNLD 1999, p. 17.

^{XVI} “Esse grupo de trabalho, coordenado pela SEF, foi composto por técnicos do FNDE e da SEF, assim como pelos coordenadores da avaliação de livros didáticos (das áreas de Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências), todos eles docentes de diferentes instituições universitárias brasileiras. Também participaram desse grupo duas instituições que vinham integrando a avaliação desde seus momentos iniciais: o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) - organização não-governamental voltada para a pesquisa e a ação educacionais - e o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE), órgão da Faculdade de Educação da UFMG voltado para a pesquisa, a documentação



e a ação educacionais no campo da alfabetização e do letramento”. Recomendação para uma Política Pública de livros Didáticos, Brasília, DF: MEC, 2001, p.26.

^{XXVII} Edital de Convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no Guia de Livros didáticos para os anos finais do Ensino Fundamental – PNLD 2002.

^{XXVIII} Edital de Convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no Guia de Livros didáticos para os anos finais do Ensino Fundamental – PNLD 2005, p. 33.

^{XXIX} Edital de Convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no Guia de Livros didáticos para os anos finais do Ensino Fundamental – PNLD 2008, p. 32-33.

^{XX} Guia do Livro Didático, PNLD/1999, p. 464.

^{XXI} BORDENAVE; PEREIRA. Estratégias de ensino aprendizagem, 1982, p 52.

^{XXII} Guia do Livro Didático, PNLD/2002, p. 55-56.

^{XXIII} Guia do Livro Didático, PNLD/2005, p. 55-56.

^{XIV} Guia do Livro Didático, PNLD/2008, p. 14.

^{XXV} BUENO, J. B. G. Imagens visuais nos livros didáticos: permanências e rupturas nas propostas de leitura (Brasil, décadas de 1970 a 2000), p. 265.

Referências Bibliográficas:

ARGAN, G. C., FAGIOLO, M. **Guia de História da Arte**. Lisboa: Estampa, 1992, p. 96.

BEZERRA, H. G.; LUCA, T. R. **Em Busca PNLD História 1966-2004**. In: SPOSITO, Maria

Encarnação Beltrão (org). **Livros Didáticos História e Geografia- Avaliação e Pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, Adair Martins. **Estratégias de ensino aprendizagem**. 4. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1982

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino fundamental de História**. Brasília: MEC/SEF, 1997, p. 87.

BRASIL, Ministério da Educação, Fundação Nacional para o Desenvolvimento da Educação. **GUIAS do PNLD**, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação, Fundação Nacional para o Desenvolvimento da Educação. **GUIAS do PNLD**, 2002.



BRASIL, Ministério da Educação, Fundação Nacional para o Desenvolvimento da Educação. **GUIAS do PNLD**, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação, Fundação Nacional para o Desenvolvimento da Educação. **GUIAS do PNLD**, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. **Recomendação para uma Política Pública de livros Didáticos**, Brasília, DF: MEC, 2001.

BUENO, J. B. G. **Imagens visuais nos livros didáticos: permanências e rupturas nas propostas de leitura (Brasil, décadas de 1970 a 2000)**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2011.

GAY, P. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PANOFSKY, E. **Significado nas Artes Visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade, uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2004.

SILVA, V. R. **Para onde vamos? O ensino de História segundo os critérios dos editais do Pnld (2000 a 2013)**. In: Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História 18, 19 e 20 de abril de 2011– Florianópolis/SC. <http://abeh.org/trabalhos/GT10/tcompletovitoria.pdf> (acessado em 23/04/2012)